

DO SOCIALISMO CENTRALISTA AO SOCIALISMO DEMOCRÁTICO

Resumo

O texto foi lido na conferência ministrada no XIX Encontro Nacional de Economia Política, em Florianópolis, no dia 5 de junho de 2014. Contém um esforço para refutar a tese liberal de que o projeto do socialismo redundaria necessariamente num autoritarismo ou, ainda pior, num totalitarismo. Para tanto, confrontam-se e se invertem as teses de Friedrich Hayek que apelam para a noção de complexidade como o objetivo de fazer uma defesa definitiva do sistema mercantil capitalista. Ademais, mostra-se que a concepção de socialismo de Marx é inerentemente democrática, já que está baseada numa forma descentralizada de organização social e na propriedade comunal – e não na propriedade estatal dos meios de produção. Com base na experiência da Comuna de Paris, Marx sustenta que os trabalhadores, quando podem, constroem sempre uma sociedade de produtores livremente associados com o fim de promover a autonomia e a liberdade de todos. A exposição se baseou em investigações inconclusas e visava promover uma retomada do debate sobre o socialismo.

Palavras chave: Socialismo; complexidade; planejamento centralizado; marxismo; razão burguesa.

Classificação JEL: B25; P11; P21.

Abstract

The paper was read at the conference given at the XIX National Meeting of Political Economy, held in Florianopolis, on June 5, 2014. It

ELEUTÉRIO F. S. PRADO

Professor sênior do Departamento de Economia da FEA/USP. Correio eletrônico: eleuter@usp.br. Blog na internet: <http://eleuterioprado.wordpress.com>.

contains an effort to refute the liberal thesis that the socialist project necessarily redounds in authoritarianism or, even worse, in totalitarianism. For that, it confronted and overturned Friedrich Hayek's theses that appeal to the notion of complexity in order of making a definitive defense of the capitalist market system. Besides, it shows that the conception of Marx's socialism is inherently democratic, since it is based on decentralized mode of social organization and communal proprietorship – and not on state ownership of the means of production. For Marx, as done in Paris Commune, the workers, when it is possible, organize themselves in a free association of producers in order of promoting autonomy and freedom for everyone. The exposition was based on inconclusive research and aims to promote a renewal of the debate on socialism.

Keywords: socialism; complexity; centralized planning; Marxism; bourgeois reason.

O campo de investigação a ser aqui apresentado contém três polos que se interpenetram: complexidade, lógica e economia política. Cada um deles é um subcampo de disputa na compreensão da sociedade moderna. No subcampo da complexidade, a disputa é ontológica: a sociedade é um sistema de interação baseado em regras e instituições ou uma totalidade de relações contraditórias em processo de mudança. No subcampo da lógica, a disputa é gnosiológica: para compreender a sociedade basta empregar as normas da ciência positiva ou se impõe como necessário pensar além por meio de uma cientificidade dialética. No campo do saber econômico, a disputa é, em última análise, entre a ciência vulgar, a economia política (em sentido estrito) e a crítica da economia política.

Esse campo de investigação se configurou há mais de dez anos quando li pela primeira vez um artigo do filósofo francês Gerard Lebrun em que ele faz um elogio ao pensamento de Friedrich Hayek. Este artigo, que se chama *A loteria de Friedrich Hayek – O pensamento de um intransigente (e sereno) apóstolo do liberalismo*, fora publicado no falecido *Jornal da Tarde*, em duas partes, em 7 de agosto e em 14 de agosto de 1984. Lebrun, que fora no passado um pensador de esquerda, agora passara ao campo do que ficou sendo chamado de neoliberalismo,

acolhendo favoravelmente o evolucionismo institucionalista do autor de *O caminho da servidão*. E o fazia desenvolvendo uma crítica do socialismo com certa argúcia e sofisticação – e essa crítica se tornou para mim um problema. Prendi-me às questões que esse artigo apresentava e que ainda hoje apresenta. Após lê-lo, eu precisava provar para mim mesmo, convencer-me, certificar-me de que o socialismo não redundava necessariamente nem num autoritarismo nem, muito menos, num totalitarismo.

No início, porém, a parada parecia perdida. Não havia ocorrido o fracasso do socialismo real? Ele não produzira sociedades ditatoriais em que a criatividade e a liberdade humanas haviam sido abafadas? Uma maior igualdade na repartição da renda e da riqueza não havia sido produzida com enorme custo de uma vida cotidiana pesadamente regulada de modo burocrático? O socialismo real não deixara um rastro de violência e opressão justamente contra os trabalhadores?

Preciso, pois, entrar na questão que me preocupava e ainda preocupa. Estava e estou interessado principalmente na crítica feita por esse economista da escola austríaca ao socialismo não só como realidade, mas, principalmente, como possibilidade histórica. Devo adiantar aqui, entretanto, que considero apologético o núcleo de sua compreensão do capitalismo que de fato existe. Em linhas gerais, concordo com

a tese de Horkheimer e Adorno de que, no século XX, o capitalismo se tornou uma sociedade administrada. Esse sistema, agora, não tem apenas uma aparência de sociedade livre que contraria a sua essência de sociedade opressiva, mas também se tornou capaz de simular a superação da alienação, da subordinação laboral e da exploração por meio de formas sociais intencionalmente dissimulantes. Não penso, porém, que isto fecha o horizonte das transformações da sociedade.

Avalio, ademais, que o modo de evoluir atual desse sistema de acumulação já não produz desenvolvimento; eis que gera principalmente uma sociedade insustentável – e um rastro de ruínas –, sob o nome de progresso. Pois desenvolvimento requer a humanização do ser humano – e não, meramente, por exemplo, mudança tecnológica, modernização ou mera expansão das forças produtivas. Para mim, a sociedade humana já não se encontra mais numa rota promissora, mas numa direção que espreita catástrofes antropogênicas, sociais e ecológicas. É preciso, pois, acionar o freio e mudar esse rumo.

Adianto, também, de saída, que procuro trazer o que se encontra nas obras clássicas. Chego, entretanto, a conclusões que não estão bem nítidas nos textos de Marx, mas que me parecem estritamente consistentes com eles. Ademais, atribuo as desventuras produzidas pelas

experiências socialistas à incapacidade histórica, mas também própria, de uma parte expressiva do marxismo, de superar os limites da razão moderna, da razão burguesa, na luta contra o capitalismo. Segundo penso, o marxismo tem caído, mesmo se a ele se opõe, numa pretensão cientificista, estrategista e tecnocrática que se eleva do próprio modo de produção capitalista. Pois essa pretensão, por estranho que pareça, nutre-se ainda de uma crença na acumulação de capital. Eis que esse marxismo só quer mudar o comando, mas não o trem do progresso. Deu, por isso, na teoria e na prática os argumentos que os liberais queriam para condenar o socialismo como um todo.

O artigo de Lebrun trata da disputa secular entre o liberalismo e o socialismo. Aí este último é compreendido como uma ordem construída com base no poder do Estado com a finalidade de realizar a “justiça social”. Segundo o autor, para encontrar a sua crítica definitiva, Hayek havia feito uma genealogia do socialismo, mostrando que sua origem se encontrava na razão construtivista que nascera com a civilização ocidental, mas que prosperara extraordinariamente com o desenvolvimento da sociedade moderna. Essa razão, cujo lema assumido se tornara “substituir o governo dos homens pela administração das coisas”, execrara sempre, desde o início, a “grande sociedade” fundada no mercado. (Hayek *apud* Lebrun, 1984)

Munida dessa pretensão, essa razão impôs para si mesma, como tarefa principal, substituir o livre jogo dos egoísmos, o estado de natureza, a anarquia do mercado, a sociedade espontânea por uma ordem construída propositadamente. Fazendo uso de sua grande – supostamente enorme – competência cognitiva e justeza de princípios, ela reorganizaria a sociedade. Suprimiria, assim, o mal do mundo e o substituiria por uma ordem social mais segura, mais justa e superior. Para muitos pensadores da modernidade, entre eles Bacon, Descartes, Hobbes, Kant etc., segundo Lebrun, “a ordem deliberada e fabricada valia sempre mais do que a ordem espontânea”. (Lebrun, 1984)

Como o seu alvo principal é o marxismo, Lebrun remete os seus leitores a um trecho de Marx e Engels, apresentando o primeiro autor como um “racionalista integral”, ou seja, como alguém que aprecia observar no mundo apenas os resultados que já estão contidos em seus próprios cálculos. Marx não escrevera na *Ideologia alemã*, pergunta ele, que

[...] enquanto os homens se encontram na sociedade natural [...] enquanto a atividade não é dividida voluntária, mas naturalmente, o agir próprio do homem torna-se para ele um poder estranho que se erige à sua frente, que o subjuga em vez de ser governado por ele. [...] Tal solidificação da nossa própria conduta, como um poder material sobre nós, que escapa ao nosso controle, que elide nossas expectativas, que anula os nos-

... os cálculos, constitui um dos aspectos fundamentais do desenvolvimento histórico até os dias de hoje? (Marx e Engels, 1980, p. 41)

Nesse trecho – isto é certo – é feita uma crítica da subordinação do indivíduo à estrutura social nas sociedades até agora existentes, caracterizadas por uma espontânea divisão social do trabalho. A essa sociabilidade evolvida e regulada inconscientemente é contraposta uma sociabilidade posta conscientemente, em que as pessoas podem escolher livremente aquilo que realmente desejam fazer. A passagem da primeira à segunda é, pois, considerada como uma condição necessária para a realização da autonomia e da liberdade humana, mas o professor de filosofia sugere, no entanto, que o autor principal estaria aí propondo a substituição da sociedade natural por uma sociedade administrada, dirigida por tecnocratas ilustrados, a qual não poderia deixar de vir a ser totalitária. Pois, para realizar esse propósito, seria necessário substituir a ordem espontânea do mercado por um sistema de regulação social impositivo, baseado no planejamento centralizado e na coerção necessária para fazê-lo funcionar. Desde logo, porém, como se sabe, é difícil subsidiar essa última afirmação com base nos textos do próprio Marx.

Entretanto, é preciso compreender melhor todo o argumento.

Segundo Lebrun, Hayek transferira o debate crispado do plano ideológico para o plano

ontológico. Ele opusera calmamente dois modos de pensar a sociedade: ou como uma ordem espontânea ou como uma ordem construída.

Na primeira alternativa, a sociedade é concebida como resultante de um processo evolutivo milenar de seleção de regras – um processo paciente e cego em que ela foi sendo criada aos poucos, sem qualquer desígnio, como uma ordem apenas razoável. Na segunda, a sociedade é vista como um produto progressivo da razão, a qual apenas se desenvolve e atinge o seu apogeu quando se torna uma ordem posta consciente e deliberadamente pelos homens organizados cientificamente.

No primeiro caso, a razão humana é pensada como uma faculdade adaptativa e, no segundo, ela se constitui como razão construtivista. Nessa segunda perspectiva, entende-se por ação racional “uma ação inteiramente determinada por uma verdade conhecida e demonstrável”. (Hayek *apud* Lebrun, 1984) Na primeira, ao contrário, ela é concebida como “uma triagem, sempre incerta, entre o provável e o improvável, uma acomodação de cada instante ao incognoscível”. (*ibidem*) Ora, essa divergência também se estende da perspectiva da ação para a perspectiva do conhecimento. Para que seja possível pensar a razão como faculdade segura e certa, capaz de dominar o mundo, a própria realidade é concebida como inteiramente explicável por meio de leis. Ao inverso, quando a razão é pensada apenas como faculdade adaptativa,

o mundo é tomado como um domínio muito complicado que não pode nunca ser bem apreendido pela capacidade cognitiva do homem. A razão modesta sabe, diz Hayek, “que é impossível para quem quer que seja levar conscientemente em conta todos os fatos distintos que compõe a ordem da sociedade”. (*ibidem*)

Aqui já se pode ver que Hayek, para derrubar o socialismo, reunira num mesmo argumento o velho ceticismo de David Hume com uma concepção contemporânea de complexidade. O que ele trouxera de Hume? Como se sabe, esse filósofo quis ser o Newton da psicologia e, para tanto, esforçou-se – como ele próprio indica no *Tratado da natureza humana* – para introduzir o método do raciocínio experimental nas ciências morais. Desse modo, como se sabe, ele explicara a causalidade pelo hábito, como associação de ideias. E, assim, tirara do princípio de causalidade toda pretensão ontológica de verdade, atribuindo-lhe apenas um valor prático utilitário – valor este que Marx, certamente, chamaria de burguês. O ceticismo moderno de Hume seria, conforme Hegel, absoluto: não apenas duvida dos sentidos para buscar um saber além deles, mas põe definitivamente em suspeita todas as afirmações de natureza metafísica, as quais não podem ser imediatamente fundamentadas no saber experimental.

Para Hayek, certa noção contemporânea de complexidade como modo de apreensão da realidade enfrentada pelo ser humano, tanto na

cognição quanto na prática, casa-se muito bem com a concepção humana de razão. Para ele, sob esse visor, a sociedade como um todo – e o mercado em particular – aparece como um sistema altamente complexo de interação que funciona de modo espontâneo e descentralizado e que jamais pode ser conhecido suficientemente para ser deliberadamente transformado.

Diante da ordem complexa, pois, os homens devem se resignar. Ela resulta de suas interações cegas e espontâneas, não de seu desígnio e de sua deliberação. Segundo Hayek, “não a inventamos nunca; não éramos tão inteligentes assim; caímos nela por acaso”. (*ibidem*) Segundo ele ainda, trata-se de um “feliz acaso, pois nenhum planejamento conseguiria produzir uma ordem tão complexa, assim como planejamento algum poderia remediar os seus defeitos”. (*ibidem*) O argumento é lapidar. Nessa perspectiva, torna-se mesmo um paradoxo pensar que a sociedade moderna possa vir a ser uma ordem planejada, posta conscientemente pelos homens. Na verdade, para Hayek, só resta aos homens se esforçarem para preservar essa ordem que se desenvolvera aos poucos ao longo dos séculos e que aos poucos alcançara um extraordinário grau de complexidade. Dessa concepção fatalista segue-se uma conclusão conservativa bem óbvia: aos homens só lhes cabe “respeitar e melhorar as regras que conduzem à formação dessa ordem espontânea” (*ibidem*), mesmo se esta lhes desagrade.

Na construção desse argumento que visa derrubar não apenas o que então ainda existia, mas mesmo todo o projeto de socialismo possível, o que ele traz da concepção contemporânea de complexidade? É certo, por um lado, que incorpora uma descoberta importante da ciência do século XX, um desenvolvimento que demorou séculos para ser alcançado. Por outro, é preciso perceber logo que a concepção de complexidade, tal como é apreendida por ele, não está em contradição com a concepção tipicamente moderna de ciência como ciência positiva. Pois ela é compreendida como mero atributo do mundo fenomênico, como resultado da extraordinária heterogeneidade das coisas e da imensa variedade das interações a que as coisas estão submetidas tanto no mundo natural quando no mundo social. Ora, assim se percebe imediatamente que a cientificidade em questão está perfeitamente encaixada no conceito marxiano de ciência vulgar, ou seja, naquela que apreende apenas os nexos aparentes entre os fenômenos e que procura oferecer, desse modo, apenas um entendimento plausível da realidade percebida e experimentada tal como esta se afigura no cotidiano da vida burguesa.

Em que consiste, porém, a novidade incorporada por Hayek ao seu sistema teórico? Como se sabe, o princípio arquitetônico mais importante constitutivo da ciência moderna é o sistema

dinâmico não linear – determinístico ou estocástico. E este, em última análise, consiste simplesmente num modo de pensar os eventos do mundo como sucessões ou encadeamentos de estados isolados que ocorrem numa temporalidade (se adicionada) puramente lógica. Ora, até o começo do século XX costumava-se pressupor que os sistemas concebíveis para apreender os fenômenos eram estáveis e se moviam em torno de atratores pontuais ou cíclicos. Tratava-se – hoje se sabe – de uma hipótese oclusa que se originara da fraqueza da capacidade de calcular da matemática – algo ainda notório mesmo no começo do século XX – mas não apenas dela. Pois medrara também de uma recôndita aspiração por estabilidade num mundo econômica e socialmente instável.

Em particular, é sob o suposto de equilíbrio e de estabilidade do equilíbrio que se constrói todo o edifício majestoso – mas internamente fraturado – da teoria neoclássica de equilíbrio geral de Walras até Arrow e Debreu. Esse suposto, quase um dogma da ciência moderna, porém, em meados do século XX, quando Hayek formula as suas ideias, fora já derrubado com a descoberta dos atratores estranhos, das bifurcações, do caos determinístico e dos comportamentos de ordem irregular que passaram propriamente a serem chamados, em matemática, de complexos.

A teoria dos sistemas dinâmicos não lineares abriu-se para algo inesperado, pois, agora, ela se tornou capaz, por exemplo, de apreender os processos descentrados, evolutivos e dependentes de trajetória. Em particular, ao simular o paralelismo de ações, tornou-se capaz de acolher no interior da cientificidade positiva comportamentos que se afiguravam como anárquicos. Permitira, pois, compreender melhor os processos naturais e sociais dispersamente organizados. Marx não denominara, criticamente, a economia capitalista como anárquica? Fora assim descoberta no próprio campo da matemática uma característica dos processos complexos que Hayek pôde aproveitar para refazer o elogio ao mercado. Para ele, o funcionamento descentralizado não podia ser visto mais como uma fraqueza, pois é uma característica intrínseca de certos processos que existem na natureza e na sociedade.

Ora, para Marx, o capitalismo é anárquico não porque opera descentralizadamente, mas porque depende de um processo inconsciente, cego e alienado de regulação fundado na constituição do trabalho abstrato. Esse ponto é crucial, mas Hayek, entretanto, recusa-se a apreendê-lo. Ele é capaz de compreender a fraqueza do entendimento, mas não o fetichismo da mercadoria, a inversão religiosa sujeito-objeto que ele implica. Prefere, então, pensar que Marx é um inimigo dos processos sociais espontâneos.

No artigo *Economia e conhecimento*, de 1936, ele toma a teoria do equilíbrio geral como paradigma do conhecimento do sistema econômico e a questiona em seu caráter de construção estática: “até que ponto” – pergunta – “a análise econômica formal contém qualquer conhecimento sobre o que acontece no mundo real”? (Hayek, 1948, p. 33) O seu ponto central, como se sabe, é que esse sistema de equações, em si mesmo uma “tautologia”, apenas ganha poder explanatório se for possível mostrar como o conhecimento requerido ao seu funcionamento é adquirido e comunicado. Pois, ao modo como é usualmente pensado, assume-se simplesmente que os agentes já sabem tudo o que precisam saber para que possam tomar as decisões corretas que produzem o equilíbrio. Assim, admitindo que sejam capazes de fazer previsões perfeitas – raciocina ele –, pressupõe-se o que se deveria poder provar.

É evidente que Hayek, para acolher e validar ainda essa construção como uma peça importante da compreensão do sistema econômico, considera fundamental passar a pensar o sistema econômico fora do equilíbrio, considerando como o conhecimento necessário ao seu funcionamento é produzido, distribuído e empregado. Porém, em nenhum momento desse artigo, questiona o fato de que a teoria do equilíbrio geral, para pensar o capitalismo como mero mercado, no melhor dos casos, trata o dinheiro apenas como mero meio de circulação. Suprime,

assim, o dinheiro como fim em si mesmo e, portanto, como coisa que permite comportamentos que entram em conflito com o bem-estar social. Ora, como se sabe, essa elisão é crucial para produzir uma representação harmônica do sistema capitalista, o qual se apresenta na aparência como um conjunto de mercados.

Hayek não abandona o esquema arquetípico da análise de equilíbrio geral: eis que a economia capitalista é apreendida ainda somente como mercado, ou melhor, agora como processo de mercado – um processo em que os agentes econômicos, cada um com o seu próprio plano subjetivo de ação, interagem de maneira descentralizada, com base em condições e informações locais e dispersas. Diz ele: “então, pode-se falar em estado de equilíbrio num ponto do tempo – mas isto quer dizer somente que os diferentes planos de ação feitos pelos indivíduos no correr do tempo são mutualmente compatíveis”. (Hayek, 1948, p. 41) Mas isto – assevera enfaticamente – é algo circunstancial que provavelmente nunca acontece já que a cognição subjetiva não apreende com perfeição, em geral, os “dados” objetivos. Mas por que, então, preocupar-se com o “estado admitidamente fictício de equilíbrio?” – pergunta. “A sua única justificação” – ele próprio responde – “é uma suposta existência de tendência ao equilíbrio”. Mais do que isto, reforça: “é apenas afirmando que essa tendência existe é que a Economia

deixa de ser um exercício de pura lógica para se tornar numa ciência empírica”. (Hayek, 1948, p. 44)

Para Hayek, portanto, o sistema econômico deve ser apreendido como um sistema de interações heterogêneas e descentralizadas. Para compreendê-lo nessa perspectiva, emprega os resultados da teoria da complexidade desenvolvida na matemática contemporânea, porém o faz apenas até certo ponto, pois mantém o velho pressuposto encontrado já economia política clássica segundo o qual o sistema econômico é inerentemente estável. Mais do que isso, esse sistema é para ele um extraordinário mecanismo cibernético autorregulado que constrange o comportamento dos agentes, levando-os a um permanente esforço de adaptação rumo, senão ao estado de ótimo, pelo menos, ao razoável e ao satisfatório. (Hayek, 1978, p. 11) E esse modo de pensar o sistema econômico – aponta – fora já concebido sem sofisticação, mas efetivamente, por Adam Smith, quando explicara o processo de formação dos preços. Para ele, estes flutuam, mas tendem para um atrator, o preço natural. Assim, o pressuposto de estabilidade ficara já inscrito na afirmação de que “o preço natural é como que o preço central ao redor do qual continuamente estão gravitando os preços de todas as mercadorias”. (Smith, 1983, p. 85)

Hayek sustenta, não há dúvida, que a tendência ao equilíbrio existe nos mercados e que ela

pode ser constatada empiricamente. (Hayek, 1948, p. 55) Mesmo sendo um suposto tão arraigado da teoria econômica liberal, pode-se, porém, contestá-lo tanto empírica quanto teoricamente. Por um lado, é evidente que os mercados experimentam flutuações demoradas, entram eventualmente em crise e apenas não se autodestroem por causa da constante vigilância do Estado. Por outro, ao formular um modelo dinâmico de formação de preço, tal como idealizado em palavras por Hayek, mediante o emprego das técnicas de modelagem computacional, se é fácil fazer com que seja estável, também é possível construí-lo para que venha a oscilar em torno de um atrator estranho e apresente, assim, comportamento caótico, sujeito a instabilidades e bifurcações endogenamente geradas.

Nesse ponto, ao tomar ciência de que esse autor tem uma compreensão cibernética do sistema econômico, adstrita à sua aparência mercantil, torna-se necessário retomar a questão da racionalidade. Como se viu, para Hayek, a ação prática e utilitária na esfera da sociedade pode ser guiada por uma norma pretenciosa, a racionalidade construtivista, ou por uma norma módica, a racionalidade meramente adaptativa.

No entanto, ambas essas racionalidades, como bem esclareceu Sohn-Rethel, são modos de ser da razão que nascera e prosperara com base no mesmo *nervus rerum*, ou seja, na sociabilidade posta pelo dinheiro. É da racionalidade

posta pelo dinheiro – em especial quando ele atua como momento privilegiado do processo capitalista de acumulação – que surge, como se sabe, em última análise, a ideologia iluminista da dominação do mundo, do predomínio do interesse do indivíduo atomizado, do progresso ilimitado das forças produtivas etc.

Como esclareceram Adorno e Horkheimer em *A dialética do esclarecimento*, toda essa racionalidade não escapa do maquinismo da época moderna, o qual privilegia a matemática e a consagra como o modo de pensar por excelência. Pois, recolhendo-se ao mero raciocínio, o pensamento não só evolui de modo algorítmico, mas tudo se encontra decidido mecanicamente – mesmo quando se permite que as perturbações aleatórias intervenham na trajetória do sistema. Ora, achando-se assim a salvo do mito – esclarecem esses dois autores –, o pensamento volta a cair no mito. Não só acolhe acriticamente, sem espanto, as relações sociais que se encontram reificadas, mas também “reifica-se num processo automático e autônomo, emulando uma máquina”. (Horkheimer & Adorno, 1985, p. 37) Mesmo se não parece à primeira vista, o raciocínio de Hayek funda-se também numa logicidade meramente matemática. Assim, ele permanece prisioneiro da inversão sujeito-objeto que só a dialética pode desvendar.

Ainda que difiram em pretensão, as racionalidades adaptativa e construtivista não deixam

de ser meramente manipulatórias. Elas avultam não só na indústria, mas também na administração da sociedade. Prosperam nessa última esfera não por mera pretensão equivocada, mas por causa das contradições, das misérias, dos dilaceramentos e das crises do próprio capitalismo. Em especial, é da autodestruição do capital que ocorre nas crises e do caos social por ela engendrado que medra na sociedade a racionalidade dita construtivista. E ela vem, não para realizar a justiça social, mas para salvar o sistema do capital de sua própria derrocada.

É preciso notar agora que a teoria econômica a partir do século XX passou a empregar a metáfora do centro de gravidade de dois modos distintos. (Freeman, 2006) Por um lado, ele é pensado como um estado de equilíbrio do sistema econômico, o qual pode ser descoberto por determinação simultânea. Esse equilíbrio é, assim, tomado abstratamente como se não fosse dependente do evoluir do próprio sistema. Este modo de pensar o equilíbrio é encontrado seja na teoria neoclássica original seja na teoria neoricardiana. Por outro, ele é tratado como um atrator dinâmico que varia no tempo e que é dependente de trajetória. Nesse caso, considera-se que o sistema econômico flutua em torno de determinados estados, mas estes se configuram na flecha do tempo, de acordo com circunstâncias cambiantes. Ora, esse é o modo de pensar o centro de gravidade que se encontra em Hayek.

Ora, esse modo de pensar também não se encontra em Marx? Aparentemente sim, pois ele escreveu em *O capital* que “o valor [da mercadoria] é o centro de gravidade em torno do qual giram seus preços e em relação ao qual as suas contínuas altas e baixas se compensam”. (Marx, 1983b, p. 138) Na verdade, a resposta é não – e isto precisa ser mostrado. Marx, tal como Smith, pensa o sistema econômico no tempo histórico. Entretanto, a mera historicidade do processo econômico é insuficiente para compreender o modo como ele pensa a formação dos preços. Pois concebê-la como algo que evolui no tempo histórico ainda é consistente com um modo de pensar que a vê como algo que se dá de modo oscilante, mas sem grandes rupturas, ou seja, sem mudanças decisivas engendradas de modo imanente. É bem evidente que esse autor não toma esse processo como inerentemente estável já que não menciona, como Smith, que “quaisquer que possam ser os obstáculos que os impeçam de fixar-se nesse centro de repouso e continuidade, constantemente tenderão para ele”. (Smith, 1983, p. 85) Ademais, um mero evolucionismo afigura-se insuficiente para pensar esta ou qualquer outra processualidade histórica na perspectiva de Marx, que é a da dialética. Para chegar a uma melhor compreensão desse processo, em primeiro lugar, é preciso lembrar como Marx contemplou as incongruências quantitativas entre os valores e os preços: trata-se, para ele, “da forma adequada a um modo de

produção em que a regra somente pode impor-se como lei cega da média à falta de qualquer regra”. (Marx, 1983a, p. 92) Essas incongruências, segundo ele, ocorrem na luta entre as ofertas e as demandas das mercadorias para se ajustarem, as quais “jamais coincidem, ou, se alguma vez coincidirem, é por mera causalidade”. (Marx, 1983b, p. 146) As constantes desigualdades entre as ofertas e as demandas nos mercados decorrem, para Marx, do antagonismo constitutivo da produção capitalista. E este se encontra já na relação contraditória do valor de uso e do valor, do processo de produção e do processo de valorização, do fato de que atividade econômica no capitalismo tem o valor por finalidade, sendo o bem, o valor de uso, apenas uma mediação necessária para a realização dessa finalidade. Em certas condições, os desvios dos preços em relação aos valores se anulam formando uma tendência à média que é importante para o cálculo capitalista; em outras condições, nos *booms* e nas crises, os preços se afastam fortemente do equilíbrio em função do próprio evoluir insaciável da acumulação de capital.

É evidente que Marx não implica com a relativa espontaneidade do processo mercantil porque é um autor filosoficamente construtivista, mas porque esta espontaneidade é a aparência naturalizada de um antagonismo social em processo que é, ao mesmo tempo, extraordinariamente dinâmico e terrivelmente dilacerador. Como se sabe, esse antagonismo, inscrito já na forma

mercadoria, revela-se com força nas posições de classe, na subsunção do trabalho ao capital na manufatura e na grande indústria, na exclusão das populações excedentes, na violência das crises de superacumulação e nas guerras imperialistas.

Não, o funcionamento estável não é uma característica do modo de produção capitalista, como defendem os liberais e os neoliberais. Ora, o próprio desenvolvimento da teoria da complexidade no campo da matemática derrubou a crença de que apenas os sistemas estáveis, capazes de durar indefinidamente, são sempre adequados para pensar os processos naturais e sociais. Mas é nesse pressuposto, jamais corroborado pelas evidências empíricas, que se assenta a argumentação daqueles que falam do capitalismo tomando por base apenas da esfera da circulação de mercadorias, do mercado.

Como já deve ter ficado claro, há uma compreensão da complexidade que se dá no âmbito da ciência positiva e que pode, assim, ser apreendida apenas no campo da matemática. No entanto, a dialética moderna, cujo potencial compreensivo foi Hegel quem descortinou, também tem, implicitamente, um modo de apreender conceitualmente a complexidade do mundo enquanto pressuposto ontológico da práxis humana e social. Aqui não se trata de apreender certas regiões do mundo natural ou social como sistemas de partes heterogêneas que interagem

heterogeneamente, que operam dispersamente e que evoluem segundo uma dinâmica não linear.

Como já indica por negação a própria noção de economia vulgar de Marx, a dialética moderna não apreende o real apenas pelos nexos externos entre os fenômenos, mas também como totalidade de nexos internos, contraditórios, em processo de devir e de transformação. A compreensão da íntima relação entre complexidade e dialética foi mais bem tematizada, segundo o meu conhecimento, por György Lukács em *Para uma ontologia do ser social* (2012; 2013) e por Karel Kosik na *Dialética do concreto* (1969). A relação fundamental entre a dinâmica dos processos não-lineares e a dialética dos processos contraditórios foi tratada recentemente por Lucien Sève no livro *Emergência, complexidade e dialética* (2005). Ele mostrou que os paradoxos postos no âmbito dessa matemática apenas podem ser apropriados racionalmente por meio do pensamento que acolhe a negação determinada, a contradição dialética.

Feita a crítica, é importante notar agora que Hayek apresentou de fato um desafio ao socialismo – pelo menos quando este é compreendido de um modo usual que fica bem aquém daquele apresentado por Marx em *O capital* – porque mostrou a impossibilidade do bom funcionamento do planejamento centralizado. Ora, como foi visto, o seu argumento é que o mercado no capitalismo, justamente porque

funciona sem centralização, de modo altamente complexo, é capaz de gerar e transmitir dispersamente a informação que é necessária para o seu próprio funcionamento. O problema da “divisão do conhecimento” é, segundo ele, “o problema central da Economia como uma ciência social”. Eis como o apresenta: consiste em saber “como a interação espontânea de um grande número de pessoas, cada uma delas possuindo apenas um conhecimento limitado, é capaz de produzir uma situação em que preços correspondem aos custos”, isto é, uma organização, um funcionamento, um evoluir que apenas ser produzido por alguém que detivesse um superconhecimento, ou seja, que “detivesse o conhecimento combinado de todos aqueles indivíduos”. (Hayek, 1948, p. 50)

É preciso reconhecer que há um núcleo racional nesse argumento, mesmo se ele é apresentado para fazer um elogio do mercado. Mesmo se ele se ilude – e ilude – sobre a crítica de Marx ao capitalismo.

Pois esse questionamento não levanta um problema adstrito apenas ao modo de produção capitalista em que se cristaliza a forma mercadoria como forma dos produtos do trabalho; ao contrário, ele põe uma questão que se afigura bem geral, inclusive porque se aplica também a outros âmbitos da ação humana, como, por exemplo, aquele da própria interação comunicativa que faz uso da linguagem natural. É óbvio

que seria impossível, por exemplo, concentrar numa instância única todo o conhecimento disperso e necessário para a vida cotidiana das pessoas mesmo numa tribo – quanto mais na grande sociedade! Em suma, dizendo de outro modo, o problema da complexidade da informação e do conhecimento é um problema realmente existente – e não algo que possa ser superado por uma racionalidade tecnocrática capaz de imaginar um socialismo de computadores.

A força desse argumento tem atraído socialistas – especialmente aqueles que acham não só possível, mas também, razoável pensar numa economia socialista que seja ainda baseada no mercado. Eles compreendem a tese de Hayek que afirma ser inerente a existência de uma grande divisão do conhecimento na sociedade, em particular, na sociedade altamente complexa contemporânea, como uma negação absoluta da possibilidade de eliminar a forma mercadoria dos produtos do trabalho e, assim, o dinheiro, o capital, em suma, o próprio mercado. (Burczak, 2006)

Nesse ponto, é preciso exclamar: eis aí, esse modo de pensar o socialismo é totalmente inconsistente com a teoria crítica exposta em *O capital!* Ele não deve nada a Karl Marx, pois é – isto sim – súdito de autores como Friedrich Hayek. Porém, vem a ser importante reconhecer que a sociedade humana em geral tem de ser compreendida, de modo transistórico,

como ontologicamente complexa – eis que ela é sempre um plexo de relações sociais contraditórias, altamente dinâmicas e heterogêneas, que formam uma totalidade concreta. E por essa posição, entenda-se com Karel Kosik, aquela que apreende “a realidade em suas íntimas leis e revela, sob a superfície e a causalidade dos fenômenos, as conexões internas, necessárias, colocando-se em antítese à posição do empirismo, que considera as manifestações fenomênicas e casuais, não chegando a atingir a compreensão dos processos evolutivos da realidade”. (Kosik, 1969, p. 33)

A concessão desse ponto não é, porém, inócua. Ela visa, crucialmente, abater uma tese que grande parte da tradição marxista acolheu acriticamente. Pois, a compreensão de toda sociabilidade como inerentemente complexa implica que ela se engendra de maneira descentrada, o que entra em aberto conflito com toda pretensão centralista, em particular, com a pretensão de construir um modo de produção centralmente programado. Eis que, também, o socialismo – penso – não pode ser confundido com o que parece ter sido e, às vezes, ainda se afigura que é, ou seja, com um sistema de acumulação centralizado em competição com o modo de produção capitalista, visando alcançar o mais eficiente e célere desenvolvimento das forças produtivas. O socialismo, ao contrário, pressupõe a superação da acumulação pela acumulação e, assim, do crescimento automático.

Estou sendo herético na tradição do marxismo? Em última análise, não creio. É possível – penso – encontrar os traços de um socialismo não centralista nas obras de Marx. É preciso lembrar aqui que Marx delinea as características do socialismo, primeira fase do comunismo, já no primeiro capítulo de sua obra magna, precisamente depois de apresentar o fetichismo da mercadoria e o seu segredo – antes, portanto, de apresentar o sujeito automático “capital” e, assim, a exploração do homem pelo homem e as posições de classe, respectivamente, capitalista e trabalhadora assalariada. Eis que, também, não se encontra aí qualquer avaliação positiva de qualquer forma de socialismo de mercado. Para Marx, como bem se sabe, quando as condições históricas se tornam maduras, a forma mercadoria engendra a forma dinheiro, a forma dinheiro engendra a forma capital e a forma capital engendra o trabalho assalariado. Por isso, o socialismo se define significativamente em *O capital*, antes mesmo de que a produção e a circulação do capital tenham sido apresentadas, pela negação da forma mercadoria dos produtos do trabalho.

Tão logo é desvelado o ocultamento das relações sociais nas relações de coisas – coisas que, por isso mesmo, tornam-se fetiches – e, assim, o caráter inequivocamente religioso do sistema que engendram, o socialismo é apresentado como tarefa histórica necessária à emancipação do ser humano em geral em relação à sociedade natural.

Ao fazer essa anotação, não se descobre já o segredo da divergência fundamental entre Marx e Hayek? Pois o economista austríaco não tratara o sistema mercantil como ordem moral que deve sobreviver? (Prado, 2009) Não construíra meticulosamente um discurso que sacralizava o reino fetichista da mercadoria? Não pedira aos racionalistas do Iluminismo para cultuarem a ordem anárquica dos mercados? Não exigira do racionalismo moderno a sua submissão religiosa a um funcionamento incognoscível?

Em geral, os pensadores liberais partem do indivíduo para explicar e justificar, mas têm como propósito implícito bancar uma apologia do sistema. Mais do que isso, o que fazem na verdade é apresentar o sistema mercantil como um objeto de culto – como uma objetividade sagrada e intocável. Ora, sob tanta devoção à sociabilidade que se apresenta como mercado, a crítica do totalitarismo que vem da intervenção reguladora do Estado é já uma defesa do absolutismo do próprio funcionamento mercantil. Pois, como se sabe, sob o assédio da mão do mercado esconde-se a infame manipulação invisível do capital com a sua gana insaciável por trabalho humano. Uma ganância, aliás, que não apenas oprime constantemente os trabalhadores em geral, mas é capaz de recorrer ao mais brutal totalitarismo do Estado quando isto lhe convém.

Porém, como o socialismo se encontra delineado em *O capital*? Desde logo, não é aí apresentado como um novo sistema intransparente que tem como tarefa principal competir com o capitalismo na acumulação de capital. Ao contrário, a sua tarefa é por fim ao “véu místico” que recobre a sociabilidade dos produtores no modo de produção capitalista. Para tanto, tendo por base as realizações práticas da Comuna de Paris, o socialismo está concebido aí por negação. No capitalismo, as relações sociais de produção são indiretas, apresentam-se como relações sociais de coisas. No socialismo, ao contrário, as relações sociais de produção devem ser diretas e, portanto, não podem estar subsumidas à forma mercadoria, à forma dinheiro e à forma capital. No capitalismo, os trabalhadores são organizados com base no despotismo inerente à relação de capital; no socialismo, os trabalhadores devem se organizar livremente, formando uma sociedade verdadeiramente democrática, em que não há trabalho assalariado.

No capitalismo, a produção e a repartição estão determinadas por um processo cego – o processo de formação do valor enquanto trabalho abstrato e socialmente necessário –, o qual se impõe aos seres humanos com a “violência de uma lei natural”. No socialismo, o processo é consciente. “Só para fazer um paralelo com a produção de mercadorias” – diz Marx – o tempo de trabalho concreto, conscientemente medido por meio de um sistema de contabilidade

social, regulará “a proporção correta das diferentes funções de trabalho conforme as diversas necessidades” e servirá de “medida da participação individual dos produtores no trabalho comum”. (Marx, 1983a, p. 75) Trata-se, portanto, implicitamente, de um sistema de trocas não mercantis, simples e diretas como diz Marx, porque são mediadas por senhas representativas de tempo de trabalho concreto – e não por um objeto fetichista, o dinheiro. Logo, é importante enfatizar que esse “tempo de trabalho concreto” do socialismo não pode ser confundido com o “tempo de trabalho socialmente necessário” do capitalismo.

Ademais, outra anotação é fundamental aqui: não se deve confundir essas senhas que funcionam só como meio de troca com o dinheiro-trabalho criticado por Marx nos *Grundrisse*. Antes de tudo porque elas não são dinheiro – elas não circulam. Troca? Falei em troca? Pode haver troca no socialismo? Marx não escrevera na *Crítica do Programa de Gotha* que “no interior da sociedade cooperativa, baseada na propriedade comum dos meios de produção, os produtores não trocam os seus produtos”? (Marx, 1966, p. 8) É claro, no socialismo, os produtores não trocam o produto de seu trabalho, eles trocam direta e socialmente o seu trabalho concreto. E o fazem produzindo e adquirindo os bens que resultam do trabalho social. Pois, como escreveu Marx, cada trabalho é agora “parte componente do trabalho total” da sociedade.

Como o sistema produtivo e distributivo do socialismo não pode ser regulado por leis cegas, terá necessariamente de assumir o caráter de um processo planejado voltado exclusivamente para a produção de valores de uso. Mesmo sendo planejado em vários níveis, terá, necessariamente, de operar como um sistema que gera informações, conhecimentos, decisões, demandas éticas etc. de modo descentralizado, da base da sociedade para cima, para outros níveis de organização, locais, regionais etc.

Uma exposição ampla das teses de Marx sobre o socialismo se encontra no livro de Peter Hudis, *A concepção de Marx sobre a alternativa ao capitalismo*. (Hudis, 2012) Também recomendo um texto de Eduardo Maldonado, *A base econômica do socialismo de Marx*. (1996)

Em resumo: em minha opinião, o socialismo delineado por Marx requer necessariamente o planejamento descentralizado e democrático – e não o planejamento centralizado, posto em prática no “socialismo real”. O socialismo é a superação tanto da sociedade natural, espontânea e anárquica quanto da sociedade construída, administrada e hierárquica. O socialismo é uma formação social constituída pela associação heterogênea e pluralista de pessoas livres e emancipadas. Ele se organiza economicamente com base na autogestão, comunitária, consciente e democrática de trabalhadores. Pressupõe, assim,

que a complexidade do social se desenvolve como uma totalidade descentrada.

Marx diz que o reflexo religioso só pode desaparecer do mundo real quando as relações entre os seres humanos se tornarem transparentes e racionais. Mas o que ele entende por uma vida efetivamente racional? Desde logo, aquela que configurará no momento em que o homem puder superar a inversão sujeito-objeto, a sociabilidade dilacerada e a unificação totalizante do Estado, as quais caracterizam tanto o capitalismo propriamente dito quanto o sistema de acumulação centralizado.

Se a racionalidade do mundo moderno, a racionalidade burguesa pode ser dita, com Max Weber, uma racionalidade de dominação do mundo, a racionalidade a ser posta pelo socialismo deve contrariá-la; deverá ser – isto sim – uma racionalidade da conciliação do mundo. Estamos, pois, diante uma utopia, de um lugar que ainda não existe? Sim, de certo modo. Porém, trata-se também de uma possibilidade real, inscrita no próprio capitalismo, ainda que difícil de ser alcançada. Por isso, com Ernst Bloch, termino: “O mundo existente é o mundo passado, porém o anseio humano, em ambas suas formas – como inquietude e como sonho acordado – é a vela que leva ao outro mundo”. (Bloch, 2005) Não sem luta – evidentemente.

Bibliografia

ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

BLOCH, Ernst. *O princípio esperança – Volume I*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

BURCZAK, Theodore A. *Socialism after Hayek*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2006.

FREEMAN, Alan. “An invasive metaphor: the concept of center of gravity in Economics”, *Munich Personal RePEc Archive*, n. 6812, jul./2006.

HAYEK, Friedrich. “Economics and knowledge”. In: HAYEK, Friedrich. *Individualism and economic order*. South Bend: Gateway, 1948.

HAYEK, Friedrich. “The errors of constructivism”. In: HAYEK, Friedrich. *New studies in Philosophy, Politics, Economics and the History of Ideas*. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1978.

HUDIS, Peter. *Marx’s concept of the alternative do capitalism*. Leiden: Brill, 2012.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LEBRUN, Gérard. “A loteria de Friedrich Hayek: O pensamento de um intransigente (e sereno) apóstolo do liberalismo”. *Jornal da Tarde*, 7 e 14 de maio de 1984.

LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social – Volume II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social – Volume I*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MALDONADO FILHO, Eduardo. “A base econômica do socialismo de Marx”. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XXIV, 1996, Águas de Lindóia. *Anais do XXIV Encontro Nacional de Economia*. Águas de Lindóia: ANPEC, 1996.

MARX, Karl. *O capital: Crítica da Economia Política*. Volume I, Tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1983a.

MARX, Karl. *O capital: Crítica da Economia Política*. Volume III, Tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1983b.

MARX, Karl. *Critique of the Gotha Program*. New York: International Publishers, 1966.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Portugal: Editorial Presença, 1980.

PRADO, Eleutério F. S. “(Neo)Liberalismo: da ordem natural à ordem moral”. *Outubro*, n. 18, 2009.

SEVE, Lucien. *Émergence, complexité et dialectique: Sur les systèmes dynamiques non linéaires*. Paris: Odile Jacob, 2005.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: Investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.